

PANDEMIA Apesar de esperada, diminuição do valor emergencial pela metade gerou insatisfação

Parlamentares baianos criticam auxílio reduzido

O aguardado anúncio de prorrogação do auxílio emergencial pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), feito ontem, gerou descontentamento entre parlamentares baianos de vários partidos na Câmara dos Deputados e Senado Federal. Eles

criticaram a redução do valor dos atuais R\$ 600 para R\$ 300, destinados ao fornecimento de renda a autônomos, trabalhadores informais, microempreendedores individuais e desempregados, para minimizar os efeitos da pandemia do novo

“R\$ 600 é muito para quem paga”

JAIR BOLSONARO, presidente do Brasil, ao justificar a diminuição do valor do auxílio emergencial

coronavírus. Serão pagas mais quatro parcelas, até dezembro. “R\$ 600 é muito para quem paga e podemos dizer que não é o valor suficiente para todas as necessidades [das famílias], mas basicamente atende”, avaliou o presidente, em coletiva

com ministros e parlamentares de sua base de apoio. Na Câmara dos Deputados, onde primeiro deve tramitar a medida provisória que prorroga o auxílio, os deputados lembram que o texto em-brionário estabelecia valor de R\$ 200. **A6**

BRASÍLIA Pagamento das parcelas foi prorrogado até o mês de dezembro, mas os parlamentares criticaram a medida

BOLSONARO ANUNCIA QUE VALOR DO AUXÍLIO EMERGENCIAL SERÁ R\$ 300

RAUL AGUILAR

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) anunciou ontem a redução do valor do auxílio emergencial para R\$ 300, que será prorrogado até dezembro. “Resolvemos prorrogá-lo, por medida provisória, até o final do ano. Como vínhamos dizendo, R\$ 600 é muito para quem paga e podemos dizer que não é o valor suficiente para todas as necessidades [das famílias], mas basicamente atende”, avaliou o presidente em coletiva com ministros e parlamentares de apoio. Apesar de esperada, a redução pela metade no valor do auxílio emergencial provocou insatisfação entre parlamentares de diversos partidos no Congresso Nacional, que fizeram questão de lembrar que o valor beira o proposto inicialmente pelo governo: R\$ 200.

Na Câmara dos Deputados, onde primeiro deve tramitar a medida provisória que prorroga até dezembro o auxílio no valor de R\$ 300, que fornece renda para autônomos, trabalhadores informais, microempreendedores individuais e desempregados, os deputados lembraram que o texto embrionário ainda em abril estabelecia valor de R\$ 200.

O deputado federal Pastor Sargento Isidório (Avante) lamenta que o “governo esteja preocupado em cortar aquilo que deveria ser aumentado”. “O presidente queria colocar R\$ 200 no início, se não fosse a Câmara, seria muito pior. Diminuir esse dinheiro em uma pan-

demia é um crime contra os mais humildes, os necessitados”, lamenta o deputado, que propôs um projeto de lei para reduzir em 50% os salários nos altos escalões dos três poderes para repassar recursos para o programa de renda mínima.

Crítico da redução do auxílio emergencial, o deputado federal Daniel Almeida (PCdoB) usou da tribuna da Câmara para protestar. “O governo Bolsonaro anuncia agora que o auxílio emergencial será cortado pela metade. É um recurso essencial que permite que as pessoas não passem necessidade e possui um papel fundamental na economia brasileira”, disse. Almeida classifica como uma “perversidade cortar o recurso pela metade” e promete que o Congresso não irá permitir.

Citando um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que mostrou que caso o governo federal optasse por um auxílio de R\$ 300 a renda dos trabalhadores cairia a níveis muito abaixo do que eles tinham no pré-pandemia, o deputado federal Jorge Solla (PT) também questiona a opção pela redução. “Vamos deixar milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, na miséria. O custo disso ninguém calcula? Qual a seriedade de uma nação que permite que seus filhos passem fome?”.

Além de criticar a redução do valor, muitos deputados lembraram do impacto financeiro que a medida provocará nos estados e nos municípios, que deverão ter



Marcos Corrêa / PR

Presidente falou da redução em coletiva, com ministros e deputados da sua base

uma queda de arrecadação com a redução do gasto dos beneficiários. “Esse auxílio é indispensável à sobrevivência das famílias e também da economia. Como dizemos, se retira o recurso, se diminui o consumo das famílias, impacta mais ainda negativamente na economia”, cobrou a deputada Lídice da Mata (PSB).

O parlamentar do PSD Charles Fernandes critica a redução do valor antes de dezembro, quando finda o decreto de emergência em saúde pública no país, e teme o impacto financeiro da medida. “Quando você reduz o aumento do auxílio emer-

gencial para R\$ 300, você está sacrificando ainda mais a população menos favorecida deste país e a economia das cidades menores. Em Guanambi, minha terra, são 31 mil pessoas recebendo o au-

Auxílio é para autônomos, trabalhadores informais, MEIs e desempregados

xílio emergencial, o que dá quase 20 milhões por mês. É mais de um terço da população do nosso município e os pequenos comércios só não fecharam as portas por causa disso”.

Membro do Centrão e aliado do presidente Jair Bolsonaro, o deputado federal Abílio Santana (PSC) pontua que a redução do valor é um ato de responsabilidade fiscal. “É óbvio que precisamos considerar a necessidade da população brasileira de baixa renda, mas não podemos fechar os olhos para as responsabilidades fiscais e econômicas do nosso país. O custo do auxílio emergen-

cial para os cofres públicos já supera R\$ 254 bilhões. Claro que se pudesse seria um valor maior, mas o governo federal tem tentado buscar equilíbrio”, diz Santana.

Abílio diz que críticas à MP enviada por Bolsonaro são perpetradas por políticos da oposição que não cansam de “jogar para a plateia de forma irresponsável”. Abílio lembra o programa de renda dos governos petistas para defender o valor: “Se vocês acham que R\$ 300 é pouco, o que me dizem do Bolsa Família? Que, pra mim, é bolsa-miséria, bolsa-calamidade. Misérrimos R\$ 80, deixados pelo governo do PT”, disse.

Críticas no Senado

O líder do PSD no Senado, Otto Alencar (PSD), lembra que o atual valor só foi assegurado após intervenção da Câmara Federal: “A primeira vez que ele encaminhou o texto, que desejava dar essa renda mínima, o valor proposto foi de R\$ 200. O Congresso passou para R\$ 600 e Bolsonaro teve que homologar”, diz.

O senador Jaques Wagner (PT) acredita que, se confirmada, a redução do valor causará um enorme impacto econômico. “Sabemos que os R\$ 600 têm sido fundamentais para a sobrevivência de famílias e do comércio de muitas cidades pequenas, como as nossas aqui no interior da Bahia. Eu gostaria que o presidente prorrogasse os mesmos R\$ 600”, avalia ele.

**LEIA MATÉRIA COMPLETA EM
WWW.ATARDE.COM.BR**